

**CURRÍCULO APOSTILADO NO ENSINO FUNDAMENTAL: A VISÃO DOS
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**

Mariana Padovan Farah Soares, Ana Paula Mendes Da Silva, Damaris Caroline Quevedo
De Melo, Daniela Amaral, Mayara Faria Miralha, Silvio Cesar Nunes Militao

Eixo 7 - Propostas curriculares e materiais pedagógicos no ensino e na formação de
professores
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

A adoção de sistemas apostilados de ensino privados por municípios configura-se como uma recente e crescente tendência no Estado de São Paulo, fortemente impulsionada pelo contemporâneo processo de municipalização do ensino fundamental. O trabalho em tela tem como objetivo identificar e analisar a percepção de professores e equipe gestora de uma determinada unidade escolar acerca da adoção e implementação de sistema apostilado privado numa rede municipal de ensino do interior paulista, a fim de desvelar suas razões, características e seus desdobramentos. Para tanto, se valeu dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre a temática e realização de entrevistas semiestruturadas com doze sujeitos. Os resultados da pesquisa realizada demonstram que a adoção de sistema apostilado no município foi motivada pela precariedade/falta de experiência municipal para responder às novas e crescentes demandas educacionais assumidas e ocorreu à revelia da opinião/anuência dos profissionais do magistério. Os resultados mostram, também, que da consolidação de tal parceria decorrem consequências indesejáveis para a educação/escola pública, como: aquisição e utilização de material didático com fragilidades conceituais e pedagógicas; ônus aos cofres públicos pela situação de duplo pagamento por materiais didáticos (apostilas e livros didáticos); e padronização/homogeneização de currículos/conteúdos escolares, com a correspondente restrição da autonomia escolar e docente. Por fim, revela a majoritária preferência dos sujeitos da pesquisa pelo uso do livro didático em detrimento do material apostilado de ensino, que “engessa” o trabalho pedagógico do professor. Palavras-chave: Sistema apostilado de ensino. Material apostilado. Padronização curricular.

CURRÍCULO APOSTILADO NO ENSINO FUNDAMENTAL: A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Mariana Padovan Farah Soares; Silvio Cesar Nunes Militão; Ana Paula Mendes da Silva; Damaris Caroline Quevedo de Melo; Daniela Amaral; Mayara Faria Miralha. Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. FAPESP e CNPq.

1 INTRODUÇÃO

As políticas/reformas educacionais formuladas/implementadas a partir dos anos 1990, alinhadas aos pressupostos neoliberais e marcadamente pautadas nas “orientações” do Banco Mundial, impeliram fortemente os municípios a se responsabilizarem pela prestação educacional, notadamente do ensino fundamental.

No plano federal a implementação de um abrangente programa de descentralização das políticas públicas sociais desde os anos 1990, que passou a transferir para os níveis subnacionais de governo grande parte das suas funções de gestão/financiamento como expressão clara da reordenação/limitação do raio de ação do Estado neste campo, teve no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) a sua materialização maior na área educacional. Embora o FUNDEF tenha tido um impacto importante para a (quase) universalização do ensino fundamental, mesmo que para tal tenha gerado vários “efeitos colaterais”, os especialistas da temática revelam que seu principal efeito foi o de induzir a um acelerado, generalizado e precipitado processo de municipalização desta etapa escolar no país.

Em função da histórica preponderância da rede estadual paulista na cobertura do ensino fundamental, formato diverso do instituído na maioria das outras unidades da Federação onde a participação municipal era próxima, igual ou até mesmo superior a do Estado na oferta de tal nível de ensino, São Paulo passou a assistir “[...] a um dos mais radicais (senão o mais!) e abruptos processos de municipalização já vivenciados no Brasil” (OLIVEIRA, 2004, p. 10), fruto do efeito combinado do advento do FUNDEF e da política/ação municipalista do governo paulista.

Em face do referido processo, as municipalidades paulistas criam/ampliam seus sistemas/redes de ensino com a incorporação do ensino fundamental, passando assim a ter atribuições e responsabilidades não experienciadas anteriormente.

Carentes de estruturas materiais, físicas, humanas, financeiras, administrativas e pedagógicas para implantar políticas educacionais e dar continuidade a elas, sem experiência/preparo para gerir o ensino fundamental e sem contar com a devida assistência por parte do governo estadual para materializar a municipalização, os municípios paulistas passaram a buscar, cada vez mais, alternativas/apoio no setor privado para o atendimento das novas e crescentes demandas educacionais assumidas (ARELARO, 2007; OLIVEIRA et al, 2006).

Na perspectiva de alguns pesquisadores (ARELARO, 2007; ADRIÃO et al, 2009; CAIN, 2009), o contemporâneo, abrupto e turbulento processo de municipalização do ensino fundamental em curso no Estado de São Paulo acabou impulsionando o estabelecimento de diversas parcerias educacionais entre as prefeituras paulistas e a esfera privada, sendo a aquisição dos chamados “sistemas apostilados de ensino” a mais frequente delas.

Ao analisarem a tendência de crescimento das parcerias entre as prefeituras paulistas e as empresas educacionais (Anglo, COC, Objetivo, Positivo, entre outras) para a aquisição de sistemas apostilados de ensino, Adrião et al (2009) revelam que 161 (25%) dos 645 municípios de São Paulo já haviam “apostilado” suas redes de educação infantil e/ou ensino fundamental até o ano de 2007. Destes, 150 (93,2%) eram municípios com até 50 mil habitantes.¹

Segundo as autoras supracitadas (2009, p. 805), trata-se, na maioria, de “municípios de pequeno porte que, na década de 1990, assumiram responsabilidades para com a oferta do nível obrigatório de ensino, para as quais, provavelmente não estavam preparados”.

Tendência crescente no território paulista, notadamente a partir de meados dos anos 2000, o “apostilamento” dos sistemas/redes municipais de ensino já é uma realidade também na Região Administrativa de Presidente Prudente (RAPP), onde sete (ou 13,2%) dos seus 53 municípios mantêm parceria público-privada na modalidade compra de sistema apostilado de ensino.

Pertencente à RAPP e autônomo para decidir sobre os rumos da educação sob sua responsabilidade, o município pesquisado² optou em 2005

pela adoção de sistema apostilado de ensino privado para o conjunto de suas escolas municipais de ensino fundamental, o que se mantém até os dias atuais.

2 OBJETIVOS

Tendo em vista uma compreensão mais acurada/aprofundada do fenômeno em foco e no intuito de dar voz aos profissionais do magistério público, o presente estudo teve como objetivo precípua identificar e analisar a percepção de professores e equipe gestora de uma determinada unidade escolar acerca da adoção e implementação de sistema apostilado privado numa rede municipal de ensino do interior paulista, a fim de desvelar suas razões, características e seus desdobramentos.

3 METODOLOGIA

Cumprе esclarecer, inicialmente, que o município pesquisado foi eleito *locus* da pesquisa empírica por ser integrante da RAPP, ter municipalizado todo o ensino fundamental (ciclos I e II) e por ter adotado para a sua rede sistema apostilado de ensino privado, constituindo-se assim num campo rico, concreto e viável para a coleta de dados.

De natureza qualitativa, a investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com fontes-chave de informação.

Finalizada a pesquisa bibliográfica, necessária à construção do referencial teórico do trabalho, procedemos à realização das entrevistas com os profissionais do magistério, em função da participação/envolvimento que tiveram/têm na implementação e na utilização do sistema apostilado de ensino adotado pela administração municipal, bem como por serem os profissionais da área que mais diretamente sofrem os impactos/decorrências de tal decisão municipal. Assim, foram entrevistados 8 professores do ensino fundamental (4 do ciclo I e 4 do ciclo II) e 3 membros da equipe gestora (1 diretora e 2 coordenadoras pedagógicas) de uma determinada escola³ municipal. Foi entrevistada, ainda, a Dirigente Municipal de Educação, por sua posição estratégica e pela influência que exerce – direta e indiretamente – na definição dos rumos da educação em âmbito local. Assim, ao todo, foram realizadas entrevistas (devidamente transcritas) com 12 sujeitos.⁴

Após a coleta e sistematização dos dados julgados necessários, a interpretação e análise final dos mesmos foram feitas à luz do referencial teórico norteador da pesquisa e com base na análise de conteúdo (FRANCO, 2008).

4 RESULTADOS/DISCUSSÃO

4.1 Conhecendo o município integrante da pesquisa

O município pesquisado foi fundado em 1944, está localizado no extremo oeste do Estado, a 576 km da capital paulista e a 13 km de Presidente Prudente (município sede da RAPP), tem 346 km² de extensão territorial, possui uma população de 23.596 habitantes e a agropecuária é a sua atividade econômica principal (SEADE, 2012).

Tal município não ficou imune aos efeitos/desdobramentos no plano local das contemporâneas políticas/reformas educacionais, particularmente no que se refere à indução a municipalização do EF. Sem qualquer participação na oferta de matrículas do EF na época de criação do FUNDEF, o município pesquisado “perderia” recursos para o Fundo caso mantivesse tal posição.

Diante de tal cenário, o município pesquisado decidiu (motivação claramente economicista) aderir ao contemporâneo processo de municipalização do EF. Assim, em 1997 o município pesquisado passa a ter uma participação considerável na cobertura do EF (49,5% contra 50,5% da rede estadual), ao assumir todo o atendimento das séries/anos iniciais. Não obstante a expressiva municipalização do EF, até 2004 também prevaleceu no município pesquisado a tendência de avançar apenas na municipalização do ciclo I e deixar a oferta do ciclo II sob a responsabilidade estadual.

A partir de 2005 a taxa de participação municipal teve considerável elevação (81,9% contra 18,1% da estadual), em virtude da municipalização das séries/anos finais. Após compartilhar tal atendimento com a rede estadual até 2008, no ano de 2009 o município pesquisado tornou-se responsável pela cobertura completa do EF (ciclos I e II), ficando a rede estadual responsável tão somente pela oferta do ensino médio.

No ano de 2005, também, o município decidiu pela adoção de sistema apostilado de ensino privado para o conjunto de suas escolas de ensino fundamental, o que se mantém até os dias atuais. A partir da literatura

especializada, pode-se inferir, então, que o município pesquisado, quando se vê diante da nova e crescente responsabilidade educacional assumida (municipalização do ciclo II, cuja gestão é sabidamente mais complexa/difícil), para a qual não tinha devido preparo/experiência, passa a buscar “soluções rápidas e prontas” no “apostilamento”.

4.2 Sistema apostilado de ensino no município pesquisado: adoção e utilização na concepção dos profissionais do magistério

A maioria dos doze sujeitos (9 ou 75,0%) afirmou desconhecer quando ocorreu a adoção do sistema apostilado de ensino pelo município pesquisado, como exemplifica o seguinte depoimento: “Não, eu não sei quando” (ENTREVISTADO D, 2012).

Quando indagados sobre o porquê do município resolver adotar sistema apostilado de ensino nas suas escolas municipais, a maioria (4 ou 23,4%) dos profissionais do magistério também relatou desconhecer sua(s) razão(ões), conforme ilustra a fala a seguir: “Não sei” (ENTREVISTADO L, 2012). Outros dois (ou 11,8%) entrevistados apontaram como razão do “apostilamento” das escolas municipais de ensino fundamental a padronização dos currículos/conteúdos escolares de toda a rede, como demonstra o seguinte relato: “Para unificar o ensino, para que as escolas tivessem a mesma grade curricular” (ENTREVISTADO F, 2012).

Se por um lado a adoção do sistema apostilado de ensino pode proporcionar uma padronização/homogeneização (currículos, projetos pedagógicos, práticas docentes, condutas, rotinas) das escolas de toda rede municipal – desejo de muitos dirigentes municipais de educação – e gerar uma suposta melhoria da qualidade; por outro, retira das unidades escolares e dos professores a autonomia para organizarem o trabalho pedagógico e as suas práticas a partir das necessidades locais e/ou iniciativas próprias, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) em vigor (ADRIÃO et al, 2009).

As entrevistas realizadas demonstram que somente um (ou 8,3%) dos sujeitos participou de discussões/debates a respeito da adoção de sistema apostilado de ensino pelo município. O espantoso e inexpressivo percentual supracitado possibilita inferir que na municipalidade em estudo, assim como na maioria dos municípios que “apostilaram” o ensino fundamental, a opção por tal adoção é uma decisão praticamente exclusiva do Executivo, não

contando com a participação/anuência dos profissionais do magistério, como indicado na sequência: “Que eu saiba os professores não participaram dessa decisão, tanto que houve algumas reclamações por não terem participado, [...] nós tivemos que aceitar” (ENTREVISTADO L, 2012).

Indagados sobre se são contra ou a favor da adoção de sistema apostilado de ensino no município pesquisado, a maioria (7 ou 58,4%) dos entrevistados se declarou favorável. Destes, porém, dois manifestaram-se favorável condicionado à existência de autonomia docente, como expresso no seguinte trecho: “Eu gosto desde que eu tenha autonomia para trabalhar, pois a gente se prende ao ter que cumprir o tempo da apostila e isso é ruim, pois nem sempre o tempo dos alunos é o tempo que está proposto pela apostila” (ENTREVISTADO A, 2012). A discussão sobre a autonomia escolar e docente no contexto do “apostilamento” será explorada mais adiante. Além de um (8,3%) indeciso, 4 (33,3%) profissionais do magistério afirmaram serem contrários a adoção de sistema apostilado de ensino, conforme ilustrado: “Eu acho que não tem benefício, nós ficamos engessados naquilo. Você tem que trabalhar aquilo e se der tempo você traz alguma coisa diferente. É diferente de eu trabalhar meu próprio conteúdo, eu faria o planejamento do que eu iria trabalhar no primeiro bimestre, segundo bimestre, terceiro bimestre” (ENTREVISTADO G, 2012).

Segundo os depoentes, a empresa A⁵ disponibiliza para o conjunto das escolas do município pesquisado os seguintes produtos/serviços educacionais: apostilas bimestrais para alunos e professores, agendas, *site* para pesquisar/tirar dúvidas, assistência via e-mail aos professores, cursos de capacitação/formação semestrais para professores/gestores e sistema de avaliação externa.

O quadro 1 registra a opinião dos profissionais do magistério sobre o material didático do sistema apostilado de ensino.

Quadro 1 - Qual sua opinião sobre o material didático do sistema apostilado de ensino?		
Categorias	Freq.	%
Possui conteúdo fraco/desinteressante/erros	5	20,0
Tem que ser complementado com outros conteúdos/atividades	5	20,0
É bom/gosto do material	4	16,0
Faço adaptações para adequar à realidade dos alunos	2	8,0
Pulo o que não é significativo para o aluno	2	8,0
É um material “fechado”	1	4,0
Tira a autonomia do professor	1	4,0
É tradicionalista	1	4,0
Os conteúdos são bem segmentados	1	4,0
Diminui bastante o trabalho do professor	1	4,0
É aprovado	1	4,0
Já está relacionado às avaliações externas oficiais	1	4,0
TOTAL	25	100,0

Fonte: Pesquisa realizada (2012).

A maioria (10 ou 40,0%) dos entrevistados destacou a fragilidade conceitual e pedagógica do material didático fornecido ao município, que possui conteúdo fraco, desinteressante e com erros e que precisa ser complementado com outros conteúdos e atividades, como ilustrado pelo relato: “Acho muito fraco. Tanto é que eu complemento os conteúdos/atividades com os meus alunos. A apostila é em 4 volumes e a última é tudo o que eu trabalhei no segundo bimestre, então estou bem adiantada. Ontem mesmo eu e a outra professora encontramos vários erros nas apostilas” (ENTREVISTADO I, 2012).

Na avaliação de Adrião et al (2009, p. 808):

Essa baixa qualidade pode estar relacionada, em parte, ao fato das empresas oferecerem aos municípios materiais distintos daqueles que elaboram para suas próprias escolas ou para as escolas privadas que franqueiam seu material. Trata-se de ofertar às escolas públicas um material de menor custo e que não faça frente àqueles existentes nas escolas privadas do município, uma vez que, se assim fosse, poderia haver um relativo êxodo das matrículas para o setor público, estabelecendo-se, ineditamente, uma concorrência intra-serviços oferecidos pela mesma empresa.

Cumprе esclarecer, também, que o conjunto de apostilas produzidas pelas diversas empresas privadas – diferentemente dos livros didáticos – não passam por qualquer avaliação técnica oficial, o que certamente concorre

para a sua chegada nas escolas municipais com qualidade aquém do esperado.

Em contraposição, 4 (ou 16,0%) dos entrevistados admitiram gostar do material didático do sistema apostilado, considerado por eles bom, conforme exemplifica o seguinte trecho: “Eu acho que esse sistema [da empresa A] é bom. Ele vem a calhar, vem com os conteúdos em ordem de segmento e é muito bom. Eu gosto muito” (ENTREVISTADO B, 2012).

Conforme verificado por Garcia e Garcia (2013, p. 1) noutra pesquisa da mesma natureza, “frente a condições precárias de trabalho, o sistema privado é avaliado como positivo, sobretudo no que se refere ao ordenamento dos planos de ensino e das rotinas em sala de aula”, por parte dos professores.

Ainda, a respeito da opinião dos profissionais do magistério acerca do material apostilado, outras respostas com maior frequência foram: faço adaptações para adequar à realidade dos alunos (2 ou 8,0%) e pulo o que não é significativo para o aluno (2 ou 8,0%).

No primeiro caso, observa-se a consciência que alguns professores possuem sobre os limites de uma material didático instrucional externo, pronto e fechado, que “não contempla a realidade local” (SOUZA; LEAL, 2013, p. 45).

Quanto ao segundo aspecto, fica evidente a preocupação e o esforço de parte dos professores “em não limitar seu trabalho ao que constava das apostilas”, buscando assim afirmar seus saberes e sua autonomia pedagógica (GARCIA; CORREA; ARELARO, 2012, p. 10).

Questionados se adotariam outro sistema apostilado de ensino, os profissionais do magistério assim se manifestaram (quadro 2):

Quadro 2 - Você adotaria outro sistema apostilado de ensino? Por quê?		
Categorias	Freq.	%
Não, usaria os livros didáticos que são ótimos	2	14,30
Não sabe opinar	2	14,30
Não, investiria o dinheiro em outras coisas na escola	1	7,15
Só se houvesse liberdade para o docente trabalhar	1	7,15
Pelo o que conheço, não adotaria	1	7,15
Só se fosse adequado a nossa realidade	1	7,15
Se o atual sistema atendesse as solicitações da escola, não	1	7,15
Sim, um que fosse mais claro para os alunos	1	7,15
Sim, um que tivesse mais interação	1	7,15
Se os professores não quisessem mais, sim	1	7,15
Sim, para conhecer outros materiais	1	7,15
Nenhum sistema é totalmente adequado ao aluno	1	7,15
TOTAL	14	100,0

Fonte: Pesquisa realizada (2012).

Sem considerar as respostas com condicionalidades, a maioria (4 ou 28,60%) dos entrevistados afirmou que não adotaria outro sistema apostilado de ensino, sinalizando a situação de duplo pagamento que tal adoção representa para os cofres públicos. O depoimento seguinte é emblemático: “Eu conheço o sistema de ensino do Estado, nesse caso não. Só que o Estado manda os livros didáticos, nós temos o livro didático. Só que, quer dizer, é um dinheiro que sai da educação para pagar essa multinacional, porque é uma multinacional. Então daria para investir esse dinheiro em outra coisa na escola, na educação. Porque os livros estão aí, os livros são bons também, são ótimos” (ENTREVISTADO B, 2012).

Na precisa explicação de Adrião et al (2009, p. 809):

[...] quando um município faz a opção por um sistema de ensino privado, há um duplo pagamento por materiais didáticos. A população já remunera empresas privadas do setor editorial, triadas por avaliação técnica para a produção de livros didáticos que integram os programas federais e cujo acervo está disponível gratuitamente às redes municipais de ensino.

Tal opção/decisão local, evidentemente, é custeada por parte dos recursos vinculados constitucionalmente à educação, que poderia, inclusive, ser canalizada para o financiamento de outros aspectos das atividades pedagógicas para a melhoria da educação/escola pública municipal, como sabiamente alertou o Entrevistado B.

Quadro 3 - Você prefere trabalhar com o material do sistema apostilado de ensino ou com o livro didático do PNLD? Por quê?		
Categorias	Freq.	%
Com o livro didático, que é melhor/dá mais liberdade de trabalho ao professor	5	38,5
Indiferente	5	38,5
Com o livro didático, desde que o professor seja bem formado	1	7,7
Com o sistema apostilado, quando o professor não é bem formado	1	7,7
Com o sistema apostilado, que é mais elaborado	1	7,7
TOTAL	13	100,0

Fonte: Pesquisa realizada (2012).

Pelo quadro 3, é possível constatar que os sujeitos da pesquisa, majoritariamente (6 ou 46,2%), preferem trabalhar com o livro didático do PNLD, por ser este um instrumento pedagógico melhor e que permite maior liberdade de trabalho ao professor. Inversamente, somente 2 (15,4%) dos depoentes afirmaram predileção pelo material do sistema apostilado de ensino, considerado por eles mais elaborado e capaz de suprir a má formação inicial docente. Chama-nos a atenção, ainda, o fato de um número significativo de entrevistados (5 ou 38,5%) ter se manifestado de maneira indiferente a tal questionamento.

Tais percentuais revelam uma forte contradição: se num primeiro momento a maioria dos sujeitos da pesquisa declarou-se favorável (7 ou 58,4%) à adoção de sistema apostilado de ensino no município, agora, majoritariamente (6 ou 46,2%), os depoentes afirmam preferir trabalhar com o livro didático do PNLD, em detrimento do material didático do sistema apostilado de ensino privado.

Sobre a preferência pelo uso do livro didático, um entrevistado justificou: “Eu gosto mais do livro didático, porque eu acho que eu posso usar os temas dentro do conteúdo proposto pela escola, seguir uma linha, pois eu tenho um cronograma, eu posso alternar. Já o material apostilado ele não me dá essa liberdade” (ENTREVISTADO A, 2012). Outro sujeito assim relatou: “Eu prefiro o livro didático, porque eu acho que ele deixa um leque maior de opção de trabalho. Eu trabalho em [outro município] também, mas com o livro didático e não temos que trabalhar todo o conteúdo do livro. Tem coisa que você vê que não vai dar pra trabalhar e que você pode pular, pode ir e voltar, diferente do material apostilado” (ENTREVISTADO G, 2012).

Das falas dos entrevistados depreende-se que os sistemas apostilados de ensino, ao determinar conteúdos, tempos de trabalho, rotinas

e metodologias de ensino e a avaliação, acaba por “engessar” o professor, restringindo seriamente sua autonomia de conceber/realizar sua prática pedagógica e retirando o próprio sentido do seu trabalho/papel (ADRIÃO, et al, 2009; CAÇÃO, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autônomos para decidir sobre os rumos da educação sob sua responsabilidade, os municípios paulistas passaram a buscar apoio na iniciativa privada para dar conta das novas demandas educacionais assumidas em virtude do abrupto e generalizado processo de municipalização do ensino fundamental deflagrado no Estado de São Paulo a partir de meados dos anos 1990.

Sem experiência e num quadro de despreparo técnico, cada vez mais os municípios deste Estado optam pela adoção dos sistemas apostilados privados para o conjunto ou parte das escolas de sua rede/sistema municipal de ensino fundamental.

Como demonstrado pela pesquisa empírica empreendida, indo claramente na contramão da LDB/1996, que expressamente confere às escolas autonomia para elaboração/condução dos seus projetos políticos pedagógicos, o poder público local – ao invés de investir noutros fatores que sabidamente contribuem para a melhoria qualidade da educação – está gastando dinheiro com “pacotes educacionais prontos e hermeticamente fechados” muito mais caros do que os livros didáticos fornecidos gratuitamente pelo MEC. Mesmo de alto custo, os materiais didáticos (apostilas) comprados são distintos dos oferecidos para as escolas particulares, não passam por criteriosa avaliação oficial e ainda se impõe acima da realidade local/específica que desconhecem. Além do mais, por serem essencialmente prescritivos, acabam por “desqualificar” a profissão docente e ignoram o tempo de aprendizagem de cada aluno.

Num contexto de “apostilamento”, os professores acabam se desvinculando de seu importante papel de conceptores do seu próprio trabalho e passam a serem meros executores de algo já pronto, determinado externamente. Num quadro de educação como produto e não como processo, os professores, particularmente, são visivelmente privados do seu incontestável papel de construtores da prática docente e curricular, contrariando o que a literatura especializada há tempos recomenda.

6 REFERENCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n.108, p. 799-818, out. 2009.

ARELARO, L. R. G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p. 899-919, out. 2007.

CAÇÃO, M. I. **São Paulo faz escola?** Da alienação do trabalho docente. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em <www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo>. Acesso em: 20 abr. 2012.

CAIN, A. A. **O atendimento ao ensino fundamental:** análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de sistemas de ensino. Rio Claro, 2009. 271f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNESP.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber livro, 2008.

GARCIA, V. P. ; GARCIA, T. O. G. **Sistema privado de ensino e qualidade em educação:** percepções de professores em uma escola pública municipal paulista. In: VII Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente, 2013, Uberlândia. Anais..., Uberlândia: FAGED, 2013. v. 1. p. 1-15.

GARCIA, T. O. G.; CORREA, B. C.; ARELARO, L. R. G. **Sistemas privados de ensino em escolas municipais paulistas:** Implicações sobre o planejamento e o trabalho docente. In: III Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação: GESTÃO PEDAGÓGICA E POLÍTICA EDUCACIONAL desafios para a melhoria da formação e profissionalização dos educadores, 2012, Zaragoza. Anais..., 2012. v. 1. p. 1-16.

OLIVEIRA, R. P. FUNDEF: uma análise preliminar. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática**, Rio Claro, vol. 12, n. 22, p. 5-11, jan./jun. 2004.

OLIVEIRA, C. et al. **Conselhos Municipais de Educação:** um estudo na região metropolitana de Campinas. Campinas, SP: Alínea, 2006.

SEADE. **Perfil Municipal**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SOUZA, R. R. S.; LEAL, F. R. P. Adoção de “Sistema Privado de Ensino”: análise de dois municípios paulistas. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, vol. 23, n. 42, p.35-53, jan./abr. 2013.

¹ Segundo recente pesquisa da Fundação Lehman, hoje praticamente um terço dos municípios paulistas contam com sistemas apostilados de ensino privados.

² Para preservar o nome do município, respeitando o sigilo acordado durante a pesquisa, emprega-se neste estudo a terminologia “município pesquisado”.

³ A unidade escolar foi aleatoriamente selecionada para o presente estudo.

⁴ Por questão ética, os nomes dos 12 sujeitos foram mantidos em sigilo e a nomeação dos mesmos ocorre mediante o emprego de letras do alfabeto (de A a M).

⁵ Neste estudo, a empresa contratada para o “apostilamento” da rede municipal de ensino fundamental é identificada pela terminologia “empresa A”.